



**ESTADO DO CEARÁ  
PODER JUDICIÁRIO  
CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA  
GABINETE DO CORREGEDOR**

Referência: 8502511-90.2016.8.06.0026

Assunto: Providências

Interessado: Comissão de Segurança Permanente do Poder Judiciário do Estado do Ceará

**DESPACHO/OFÍCIO CIRCULAR Nº 120/2016/CGJCE**

Nos autos deste procedimento, o Desembargador José Tarcílio Souza da Silva, Presidente da Comissão de Segurança Permanente do Poder Judiciário do Estado do Ceará, solicita a elaboração de ato que disponha sobre armazenamento e destinação de armas apreendidas nos fóruns, em razão do constante número de arrombamentos às unidades judiciárias.

O Conselho Nacional de Justiça já disciplinou acerca do depósito judicial de armas de fogo e munições e sua destinação, através da Resolução nº 134/2011, prevendo que o armamento apreendido deve ser encaminhado ao Comando do Exército, para destruição ou doação, salvo outras hipóteses ali dispostas.

Portanto, considerando a vulnerabilidade dos fóruns a roubos e furtos das armas e munições apreendidas, o que contribui com a criminalidade, é imprescindível que o Magistrado, responsável pela unidade judiciária em que se encontram esses bens, cumpra os termos da Resolução nº 134/2011.

Desse modo, determino a **expedição de Ofício Circular**, no sentido de recomendar aos Juízes com competência criminal e das Varas da Infância e da Juventude a observância integral do teor da Resolução nº 134/2011/CNJ, cuja cópia deverá seguir em anexo.

Comunique-se ao Desembargador José Tarcílio Souza da Silva acerca do conteúdo deste Despacho, cuja cópia servirá como Ofício.

Após cumpridas as diligências, **arquivem-se** os autos.

À Diretoria-Geral para providências.

Fortaleza, 19 de julho de 2016.

**Desembargador FRANCISCO LINCOLN ARAÚJO E SILVA**  
**Corregedor Geral da Justiça**



**ESTADO DO CEARÁ  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
COMISSÃO DE SEGURANÇA PERMANENTE**

Ofício n.º 18/2016-CSP.

Fortaleza, 11 de julho de 2016.

Ao Exmo. Sr.  
Des. Francisco Lincoln Araújo e Silva  
Corregedor Geral da Justiça do Estado do Ceará  
Nesta

Assunto: Armazenamento de armas apreendidas nos Fóruns.

Excelentíssimo Senhor Corregedor,

Cumprimentando-o cordialmente, conforme deliberado na reunião da Comissão de Segurança Permanente do Poder Judiciário do Estado do Ceará, sugerimos que seja elaborado pela Corregedoria Geral da Justiça, normativo orientando os magistrados acerca da conduta a ser adotada em relação à guarda de armas apreendidas, como forma de reduzir o tempo que as mesmas ficam armazenadas nas unidades judiciárias e, conseqüentemente, minimizar os arrombamentos aos fóruns, que, na maioria dos casos, visam à subtração de armamentos que possivelmente estejam guardados nas unidades judiciárias, principalmente as localizados no interior do Estado.

Atenciosamente,



**Desembargador José Tarcílio Souza da Silva**  
Presidente da Comissão de Segurança Permanente do TJCE



## *Conselho Nacional de Justiça*

**RESOLUÇÃO Nº 134, DE 21 DE JUNHO DE 2011.**

Dispõe sobre o depósito judicial de armas de fogo e munições e a sua destinação.

**O PRESIDENTE DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA**, no uso de suas atribuições constitucionais e regimentais,

**CONSIDERANDO** competir ao Conselho Nacional de Justiça (CNJ), como órgão de controle da atuação administrativa e financeira dos tribunais, a atribuição de coordenar o planejamento e a gestão estratégica do Poder Judiciário;

**CONSIDERANDO** o grande número de armas em depósitos judiciais e que mantê-las em depósito compromete a segurança dos prédios públicos utilizados pelo Poder Judiciário;

**CONSIDERANDO** a importância da participação do Poder Judiciário na retomada da campanha do desarmamento patrocinada pelo Ministério da Justiça;

**CONSIDERANDO** a decisão proferida pelo Plenário do Conselho Nacional de Justiça no Pedido de Providências nº 0001586-24.2008.2.00.0000;

Assinatura manuscrita em tinta preta, localizada abaixo do texto final.





## *Conselho Nacional de Justiça*

**CONSIDERANDO** o disposto no art. 25 da Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003,

### **RESOLVE:**

Art. 1º As armas de fogo e munições apreendidas nos autos submetidos ao Poder Judiciário deverão ser encaminhadas ao Comando do Exército, para destruição ou doação, nos termos previstos no art. 25 da Lei nº 10.826, de 2003, após a elaboração do respectivo laudo pericial, intimação das partes sobre o seu resultado e eventual notificação do proprietário de boa-fé para manifestação quanto ao interesse na restituição.

§ 1º O Juiz, mediante decisão fundamentada, poderá determinar a guarda da arma de fogo apreendida ou da munição, caso a medida seja imprescindível para o esclarecimento dos fatos apurados no processo judicial.

§ 2º Caso a arma apreendida ou a munição seja de propriedade da Polícia Civil ou Militar, ou das Forças Armadas, será restituída à corporação após a elaboração do respectivo laudo pericial e intimação das partes, ressalvada a hipótese do parágrafo anterior.

Art. 2º Os Tribunais deverão adotar medidas administrativas que impeçam o arquivamento e baixa definitiva de autos de que constem armas apreendidas ou munições sem destinação final.

Art. 3º É vedado, durante o processo ou inquérito, qualquer tipo de carga, cessão ou depósito, em mãos alheias, de armas de fogo e munições apreendidas.

Art. 4º Nenhuma arma de fogo ou munição poderá ser recebida pelo Poder Judiciário, se não estiver vinculada a boletim de ocorrência, inquérito ou processo.

Art. 5º As armas de fogo e munições já depositadas em juízo, como objeto de processo-crime em andamento, fase de execução penal ou arquivados, deverão, no prazo de cento e oitenta dias, ser encaminhadas ao

*[Assinatura]*



## *Conselho Nacional de Justiça*

Comando do Exército para os devidos fins, salvo se sua manutenção for justificada por despacho fundamentado.

§ 1º As armas de fogo cujo depósito não tiver a devida justificção serão encaminhadas à destruição ou doação, nos termos previstos no art. 25 da Lei nº 10.826, de 2003.

§ 2º As armas de fogo e munições que atualmente se encontrem desvinculadas de processos judiciais serão imediatamente encaminhadas ao Comando do Exército para destruição ou doação.

§ 3º Fica facultada a instituição de mutirões com a participação dos Ministérios Públicos, Defensorias Públicas, Ordem dos Advogados do Brasil e Organizações da Sociedade Civil, com vistas à aceleração do procedimento de remessa das armas de fogo ao Comando do Exército.

Art. 6º Recomenda-se aos tribunais que, no âmbito de sua competência, celebrem convênio com a Secretaria de Segurança Pública, para garantir que a apreensão de armas de fogo ou munições, pela polícia militar ou civil, seja, antes da elaboração do respectivo auto, imediatamente comunicada à autoridade judiciária responsável, ou a órgão judiciário designado para tanto.

Parágrafo único. Recomenda-se ainda que, quando possível, a comunicação e seu arquivamento sejam processados por via eletrônica.

Art. 7º As Assessorias Militares dos Tribunais estaduais e federais, no prazo de cento e oitenta dias, deverão elaborar ato normativo que discipline a identificação, a guarda e o transporte periódico das armas e munições de todas as unidades judiciárias para o Comando do Exército.

Parágrafo único. A remessa das armas ao comando militar deverá ser providenciada pelo menos, duas vezes ao ano.

Art. 8º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Ministro **Cezar Peluso**  
Presidente